



Publicação da Associação
Brasileira de Medicina Preventiva
e Administração em Saúde

Editor

Dr. Ivomar Gomes Duarte

Correspondência: Rua Domingos de
Morais, 2.777 – 13º andar
CEP 04035-001 – São Paulo, SP.
E-mail: redprint@uol.com.br

Conselho Editorial

Dr. Oscar Cesar Leite – SP
Dr. Alberto H. Kanamura – SP
Dr. Angelo Felicissimo – SP
Dr. Antonio Quinto Neto – RS
Dra. Deborah Pimenta Ferreira – SP
Dr. José Agenor M. Silveira – SP
Dr. José Manoel C. Teixeira – SP
Dr. José Maria Rezende – PR
Dr. José Rodrigues Filho – PE
Dr. Haino Burmester – SP
Dr. Ivomar Gomes Duarte – SP
Dr. Milton Menezes da Costa – DF
Dr. Olimpio José Nogueira V. Bittar – SP
Dr. Silas Guedes de Oliveira – AM
Dr. Walter Cintra Ferreira Jr. – SP
Dra. Wanda dos Santos Andrade – CE

Associação Brasileira de Medicina Preventiva e Administração em Saúde

(Fundada em São Paulo no
dia 26 de novembro de 1976)

Diretoria

Presidente:

Dr. Luís Gustavo Garavelli

1ª Vice-Presidente:

Dr. Haino Burmester

2ª Vice-Presidente:

Dr. Milton Menezes da Costa

3ª Vice-Presidente:

Dr. José Maria Resende

4ª Vice-Presidente:

Dr. Cláudio José Allgayer

Secretário Geral:

Dr. Daniel Gomes Monteiro Beltrammi

Secretário Adjunto:

Dr. José Agenor Mei Silveira

1ª Tesoureiro:

Dr. Paulo Roberto Couto da Fonseca

2ª Tesoureiro:

Dra. Renata Ferro David

Diretor Científico:

Dra. Elizabeth de Faria

A RAS encontra-se indexada nas
Bases de Dados Bibliográficas
AdSaude – FSP-USP e no LILACS

Filiada à



Publicação editada e distribuída por



Redprint Editora Ltda.

e-mail: redprint@uol.com.br

Redação, Publicidade e Administração: Rua Domingos de
Morais, 2.777 – 13º andar – 04035-001 – São Paulo, SP.
Tels. (11) 5572-4813, Fax (11) 5571-1719. Diretor e Edi-
tor: Tadaharu Katayama (MTb nº 6.456). Projeto gráfico e
diagramação: Redprint.

editorial



A RAS, com este número 45, fecha um importante ciclo da revista e da Sociedade Médica de Administração em Saúde, agora ampliada e renomeada como Associação Brasileira de Medicina Preventiva e Administração em Saúde.

Nesse sentido apresentamos a pauta da atual edição da RAS, que traz como entrevistado o acadêmico de medicina da FMUSP, Flávio Taniguchi, Ex-Diretor do CAOC – Centro Acadêmico Oswaldo Cruz e Ex-Presidente da MED Júnior, a primeira empresa Júnior instalada em uma faculdade de medicina no país, e atual Presidente do Departamento de Acadêmicos da APM – Associação Paulista de Medicina.

São apresentados também artigos versando sobre aspectos distintos da construção do SUS em vários Estados, como São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná.

Nesta edição é apresentada, na íntegra, a Declaração de Delhi intitulada "Saúde e Mudança Climática", adotada pela Assembléia Geral da WMA (Associação Médica Mundial), durante Congresso realizado em Nova Delhi, Índia, em outubro de 2009. A questão ambiental torna-se cada vez mais relevante e importante, variável imprescindível e pauta obrigatória deste terceiro milênio.

Falando em pauta obrigatória, menos pela sua atualidade e mais pela sua lamentável persistência e insistência em nosso meio, não podemos deixar de falar em corrupção e aumentos da carga tributária.

Em 2001, o então Senador da República, José Roberto Arruda renunciava ao seu mandato para fugir de um julgamento pelos seus pares, acusado de ter violado o sigilo dos votantes no painel eletrônico do Senado Federal. Em 2003 esse mesmo indivíduo retorna ao Congresso Nacional como Deputado Federal e em pouco mais de dois anos torna-se Governador do Distrito Federal, eleito que foi democraticamente, e por duas vezes, pelo voto livre e direto dos eleitores de Brasília e de todo o Distrito Federal.

Agora, esse político volta a ocupar as páginas dos jornais, não tanto as de política, mas as policiais, com notícias e imagens de assessores escondendo maços de dinheiro nas meias, diferentemente dos assessores de outros partidos, que em passado recente escondiam dinheiro na cueca.

Mas, desses episódios de Brasília, duas coisas chamam a atenção. Primeiro, a população do DF, a mais escolarizada e a de melhor poder aquisitivo do país, escolher como seu representante e, depois, como dirigente, tal figura. Em segundo lugar, chama a atenção a quantidade de verbas desviadas, obras superfaturadas, concorrências fraudadas que tem sido noticiada na imprensa ultimamente.

Se não bastasse essa tragédia, apesar disso ou então por causa disso, volta e meia retorna a história da criação de mais um imposto, do aumento da carga tributária justificado por boas intenções na aplicação desses novos tributos, desta vez para a área da saúde.

Trata-se de rematado engano, pois o que precisamos é de uma reformulação no financiamento do SUS que passa pela destinação de percentual de recursos orçamentários. E para tanto é necessário, isto sim, de uma vinculação de percentual dos tributos já existentes, conforme preconiza a PEC-29. É a regulamentação dessa Emenda Constitucional (PEC-29), que se arrasta no Congresso Nacional, que garantirá novos investimentos no setor de saúde, e avanço na construção do SUS.

Atrelar a aprovação da PEC à criação de novos impostos tem sido uma manobra da bancada governista no Congresso visando retardar a aprovação dessa regulamentação, pois sabem que a sociedade brasileira é contra o aumento de impostos e que tal aumento proposto dificilmente será aprovado no Congresso Nacional.

A maioria das pessoas envolvidas com o SUS, nos níveis federal, estadual e municipal, conhece histórias de desvios de verbas, inversões de prioridades, nepotismo, clientelismo, bem como desperdícios de toda ordem por conta dos calendários eleitorais e, principalmente, das práticas arcaicas ainda presentes na vida pública brasileira.

É sabido que, quanto mais recursos na mão de entes governamentais, maiores serão as possibilidades de corrupção, de desvio de verbas, dinheiro nas meias e na cueca. Ao contrário, quando os recursos orçamentários são restritos e disputados pelos vários agentes públicos, essa competição garante no mínimo a fiscalização recíproca entre esses agentes e a disputa pela prioridade.

Por isso, quando a Associação Médica Brasileira, através de seu presidente, Dr. José Luiz Gomes do Amaral, e a Associação Paulista de Medicina, pelo seu presidente, Dr. Jorge Carlos Curi, se posicionam e manifestam contra a volta da CPMF, ou que novo nome venha ter esse imposto, o fazem acertadamente. Pois não será criando mais impostos que garantiremos o financiamento adequado do SUS e sim com a vinculação orçamentária nos três níveis de governo a partir da atual carga tributária.

Querem misturar o joio e o trigo. Uma coisa é a absoluta necessidade de aprovação da vinculação de recursos para a saúde como estabelece a PEC-29, outra coisa é o aumento da carga tributária. Por isso, cuidado com aqueles que defendem ferrenhamente a volta do imposto do cheque e querem pegar carona na votação da PEC-29: eles estão enganados ou querendo enganar você.

Dr. Ivomar Gomes Duarte

Editor da RAS
ras@apm.org.br